

**Câmara Municipal  
de  
Ponte da Barca**

**Divisão de Administração Geral e Finanças**

**Reunião Nº 08/2016**

**Assunto:**

REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO DIA 11 de abril de 2016

CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura .....	1
02- Antes da ordem do dia .....	2--3
03- Balancetes .....	4
04- Pagamentos .....	4
05- Decisões do Presidente .....	-
06- Obras públicas.....	4
07- Fornecimentos diversos .....	-
08- Obras particulares.....	5-6
09- Pessoal .....	-
10- Requerimentos diversos .....	7-9
11- Expediente diverso .....	-
12- Deliberações diversas .....	9-16
13- Outros assuntos .....	-
14- Encerramento .....	16



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 08/2016

*Data da Reunião:* Onze de abril de dois mil e dezasseis

*Local da Reunião:* Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

*Presidiu:* ANTÓNIO VASSALO ABREU

*Presenças*

Presidente:

António Vassalo Abreu

Vereadores:

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Armindo José Sousa da Silva

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

Início da Reunião: Dez horas

Encerramento: Treze horas

Secretariou a reunião: Drª Aida Maria Boalhosa Pereira

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:

----- A ata foi aprovada em minuta. -----



**PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA****I – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES**

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar todos os presentes. O senhor Presidente da Câmara deu conta da agenda de trabalhos dos últimos quinze dias, destacando as diversas reuniões em que esteve presente, designadamente com a Ministra da Justiça, para discutir a reversão das decisões que o anterior governo tomou relativas à reorganização do sistema judiciário que claramente dificultam à população o direito constitucional do acesso à justiça, nomeadamente por condicionar o privilégio da proximidade dos cidadãos; com a Diretora Regional do POSEUR, no âmbito da Adere PG, relativa a uma candidatura direcionada para o PNPG - Parque Nacional da Peneda-Gerês que está a ser preparada; e no âmbito da Adere PG e da CIM Alto Minho, na assinatura do protocolo de constituição do consórcio Norte Natural-Turismo de Natureza da Região Norte, em Arouca. Informou também que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Planalto da Mourela no Parque Nacional da Peneda-Gerês foi galardoado com o Prémio da União Europeia para o Património Cultural/Prémios Europa Nostra 2016.

O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. A propósito do tribunal judicial de Ponte da Barca disse que é importante relevar as suas excelentes condições para que possam ser aproveitadas nesta nova ponderação do processo de reorganização do sistema judiciário. Desta forma, a população deste concelho poderá vir, novamente, a ter acesso à justiça, em primeira instância, sem que tenha de se deslocar para outros concelho. O senhor Vereador sublinhou a necessidade de uma intervenção urgente nas estradas deste concelho. O senhor Presidente disse que o levantamento já está feito. O senhor Vereador, Armindo Silva, continuou a sua intervenção referindo que estão neste momento abertos os avisos para a apresentação de candidaturas no âmbito do POSEUR para o ciclo urbano da água/saneamento. Por fim, referiu que o Município deve criar as condições para apoiar os jovens barquenses nas mais diversas áreas, música, teatro, cultura.

A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Em relação ao Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG) defendeu que a câmara municipal deve reivindicar junto da direção do Parque apoios, medidas e alterações de políticas que promovam o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem neste território. A senhora Vereadora referiu-se ao estado de danificação do pavimento da ecovia e da necessidade de uma intervenção na mesma em particular nas freguesias de Oleiros, Bravães e Lavradas. Em relação aos danos provocados no pavimento da ecovia, questionou se é imputar responsabilidade à EDP.

O senhor Vereador, Augusto Marinho, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Relativamente à intervenção dos senhores Vereadores do PSD, disse concordar com o que por eles foi dito. É importante não esquecer que o Parque Nacional da Peneda Gerês foi instalado com o consentimento das populações, sendo que as limitações impostas teriam, necessariamente, de resultar em contrapartidas. Apesar de existir esta exigência da população na aceitação das limitações, o facto é que a entidade que supervisiona o Parque Nacional da Peneda Gerês mantém a sua posição de fundamentalista na parte das limitações que são impostas à população e também no investimento que elas pretendem fazer. Questionou o senhor Presidente se o grupo Sonae comprou o imóvel, antigas instalações do armazém Lopes & Silva, para instalar uma área comercial. Disse que na intervenção que poderá vir a ser feita na área envolvente, deveria ter-se em consideração a redução do impacto visual do muro existente. O senhor Vereador referiu-se, também, à necessidade de intervenção na estrada que faz a ligação entre a freguesia de Sampriz e de Azias. Solicitou uma cópia do levantamento das intervenções nas estradas das diversas freguesias, bem como o seu montante. Questionou o senhor Presidente pela data da conclusão das obras no bloco H do Agrupamento de Escolas. Questionou, ainda, o senhor Presidente se já manifestou a sua preocupação, nas instâncias devidas, pelo plano de segurança das albufeiras. O senhor Presidente disse que já manifestou essa preocupação a quem de direito.





O senhor Vereador, Ricardo Armada, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que, por razões climatéricas, foi adiada a caminhada para assinalar o Dia Mundial da Saúde.

A senhora Vereadora, Sílvia Torres, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Disse ter participado no terceiro encontro das Romarias do Minho, que querem integrar o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial na qual Ponte da Barca "concorre" com a Romaria de S. Bartolomeu. Esta iniciativa constitui passo fundamental para poderem aspirar, no futuro, a uma eventual classificação da UNESCO, intenção que ajudará a preservar a genuinidade e a tipicidade das romarias minhotas. Teve lugar em Ponte de Lima a terceira reunião de trabalho das romarias do Minho para afinar estratégias de valorização daquelas festas como elementos diferenciadores da região. Em representação deste Município disse ter estado presente no evento, bem como o tesoureiro da Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu, Inocêncio Araújo. A ideia passa pela junção de sinergias com o objetivo de criar um roteiro das principais romarias e concertar uma forma de cada uma delas promover as restantes. Desta sessão de trabalho ficou então decidido avançar com a inventariação das romarias mais emblemáticas de cada concelho e pela definição dos elementos que as diferenciam, estando já Ponte da Barca a preparar a recolha de todo o material referente à romaria de S. Bartolomeu num trabalho exaustivo que, se tudo correr como previsto, se traduzirá no reconhecimento da nossa romaria e de todas que se candidatarem, como Património Cultural Imaterial. Deu a conhecer as atividades desenvolvidas: Fim de semana Gastronómico da Posta Barrosã, constitui-se uma vez mais como um fim de semana muito dinâmico. O Município, em parceria com os Restaurantes locais e o TPNP, promoveram no fim de semana, promovendo a gastronomia como forte sector do turismo. Para potenciar este fim de semana foram organizadas algumas atividades: 12x Ponte da Barca e um concerto. Além disso, o almoço de domingo foi animado em todos os restaurantes, aderentes à iniciativa, com a presença de um grupo folclórico. Estiveram presentes o Porto Canal/ Alto Minho TV. Relativamente ao concerto de sábado à noite e referindo-se à Banda Malaboos deixou duas notas. A primeira relaciona-se com o sucesso do concerto e a qualidade da Banda que segundo a sua opinião tem potencial para um futuro auspicioso no mundo da música; a segunda tem a ver com o apoio dado pelo Município na realização do concerto e sua divulgação e compra de 30 CDS. A senhora Vereadora deu, igualmente, a conhecer as próximas atividades: Folclore na Praça; Fim de semana das comemorações do 25 de abril que conta com um vasto programa : 22 - noite na biblioteca; 23 – concerto comemorativo do 25 de abril; 24 – Trail solidário e Peneda Gerês Trail Adventure; 24 - noite de teatro pelo Movimento Incrriativo; 25 – sessão solene do 25 de abril e à tarde atividades no Choupal.

O senhor Vereador, José Alberto Pontes, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Em resposta ao referido pela senhora Vereadora, Olinda Barbosa, disse que está em desenvolvimento o projeto de requalificação da ecovia, bem como a proposta para novos circuitos. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que esteve presente na reunião da Assembleia Geral da Resulima, Águas do Norte e na reunião da CIM-Alto Minho.

**- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 23 DE MARÇO DE 2016:** - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, aprovar a ata da reunião, realizada no dia vinte e três de março do corrente ano, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. Absteve-se o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, por não ter estado presente na referida reunião. -----



**PONTO Nº: 3 - BALANCETES****3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA**

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo ao dia 08/04/2016, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....55.617,11 €

Dotações Não Orçamentais.....389.029,74 €

**PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS****4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS**

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 828 a 992 inclusive, no valor de 645.949,51 €. -----

**4.2. - DESPESA**

----- Durante o período compreendido entre o dia 18/03/2016 e o dia 05/04/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....325.337,43 €

Compromissado.....355.922,34 €

Liquidado.....491.771,97 €

Pago.....479.565,41 €

Operações não Orçamentais.....31.026,13 €

**PONTO Nº: 6 - OBRAS PÚBLICAS****6.1. - SEBASTIÃO DA ROCHA BARBOSA**

- Empreitada "Reabilitação da Estrada Municipal de Ligação a Nogueira – Boivães – Grovelas
- 1º Troço da Estrada de Nogueira – Ponte da Barca"
- Liberação de Caução -

- Presente email da empresa Sebastião da Rocha Barbosa, Lda, registado sob o nº 2794, em 16/03/2016, a solicitar a liberação total da caução, apresentada através da garantia bancária nº 2504.000727.993, no valor de 34.828,09 €. -----

- Pela Divisão de Administração e Conservação do Território, foi emitida a informação que se transcreve: "A obra em epígrafe foi adjudicada por deliberação da Câmara em 06-07-2009. Tendo sido efetuada a vistoria no dia 30/03/2016 pelas 11h, foi elaborado o respetivo auto de receção definitiva o qual deverá ser submetido a aprovação superior. Uma vez aprovado o Auto de Receção Definitiva, estamos em condições de libertar as garantias bancárias e dos reforços de caução. O órgão competente para o efeito é a Câmara Municipal, devendo assim ser remetido a reunião do executivo." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços. -----





**PONTO Nº: 8 - OBRAS PARTICULARES****8.1. - PROJETO DE ARQUITETURA**

Rui Amorim Rodrigues, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de moradia unifamiliar na tipologia T3, sita no lugar de Cancela do Forno, freguesia de Bravães - Processo LE-EDI n.º 6/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 22/03/2016. -----

Maria Pereira Soares, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de reconstrução e ampliação de moradia unifamiliar na tipologia T3, sita no lugar do Coto – Crasto, da União de freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas - Processo LE-EDI n.º 49/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 22/03/2016. -----

Albino Mourão Pimenta, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de reconstrução, alteração e ampliação de edifício destinado moradia unifamiliar na tipologia T1, comércio e serviços, sita no lugar da Pedra, freguesia de Nogueira - Processo LE-EDI n.º 14/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 24/03/2016. -----

Lima's View, Lda, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de alteração e reabilitação de três edifícios, sita na Rua Dr. Carlos Araújo, Rua Conselheiro Rocha Peixoto e Rua D. Manuel I - Processo LE-EDI n.º 17/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 30/03/2016. -----

**8.2. - PROJETO DE COMPLEMENTARES**


João Dias Alves, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de construção de muro de suporte e vedação, sita no lugar de Portuzelo - Vila Chã São João, da União de freguesias de Vila Chã (São João e Santiago) processo LE-EDI n.º 52/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 22/03/2016. -----

**8.3. PROJETO DE ARQUITETURA/COMPLEMENTARES ALTERAÇÕES**

António Reis Cerqueira, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de alteração e ampliação de construção de edifício de apoio agrícola, sita no lugar de Cajaneiro - Vila Chã São João, da União de freguesias de Vila Chã (São João e Santiago) - Processo LE-EDI n.º 42/2014. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 22/03/2016. -----

**8.4. - AVALIAÇÃO DO LOTE 20 - PROCESSO Nº LU-LOT 1/2013 - MARIA JOSÉ MAGALHÃES SANT'ANA**

- Presente informação interna nº 1289, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 2389, em 23/03/2016, que se transcreve: "No seguimento do pedido de alteração de loteamento, processo nº LU-LOT 1/2013, em nome de Maria José Magalhães Sant'ana, vem a requerente solicitar a anulação da caução inicial da hipoteca dos anteriores lotes 17, 18, 19 e 20 por nova caução de hipoteca ao lote 20. Assim, remeto para pronúncia pela comissão municipal constituída no sentido de avaliação de terrenos no sentido de dar satisfação ao solicitado e de modo a que se possa verificar se a alteração proposta altera o valor já determinado a caucionar pelas obras de urbanização. Submete-se à consideração superior o envio a reunião de câmara da ata da comissão constituída para efeitos da avaliação da substituição da caução de hipoteca voluntária dos lotes 17, 18, 19 e 20 por hipoteca



do lote 20, na sua nova configuração, por forma deliberar sobre esta alteração de hipoteca, requerida pelo titular do processo de loteamento em referência.

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO**  
**Anulação da caução e substituição por nova caução**

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a comissão designada por despacho do Sr. Presidente de 07-07-2014 e conforme o despacho de 22-03-2016, dados no processo 1/2013 LU-LOT, composta pelos Sr. António Manuel Amorim Cerqueira, Agostinho Gomes da Rocha Barros e João Ivo Silva da Costa, todos técnicos da CMPB, para apreciar o requerimento de anulação da caução existente de hipoteca voluntária dos lotes 17, 18, 19 e 20 sendo substituída pela hipoteca do novo lote 20, para garantia da obra de eletricidade e das obras executadas e recebidas.

As obras de urbanização, com exceção da infraestrutura de eletricidade, foram recebidas por deliberação em reunião de Câmara do dia catorze, último.

A caução estava sob hipoteca voluntária dos lotes n.º 17, 18, 19 e 20 do loteamento, a favor do Município de Ponte da Barca, garantindo a execução dos trabalhos de urbanização no valor de 121.774:13 euros.

Atendendo à receção provisória ficam para caucionar os valores de 16.800:00 euros (obra de eletricidade), mais 7.834:00 euros (referente a 10% de garantia das restantes obras), mais 5.666:00 (referentes a IVA), totalizando 30.300:00 euros.

Consultando o processo de loteamento, verifica-se que por despacho do sr. Presidente de 9 de dezembro de 2015, foi aprovado a alteração ao alvará de loteamento.

- O novo lote 20 terá a área de 402,50 m2, destinado a habitação unifamiliar com a área de implantação de 142,50 m2 e anexo de 41.00 m2 e área de construção de 255.00 m2, sendo 142,50 m2 no r/chão e 112.50 m2 no andar.

A Comissão é de parecer que se deve proceder à avaliação do lote no princípio da sua capacidade construtiva e da sua localização em termos urbanos, nomeadamente servidão de serviços e equipamentos urbanos.

Segundo o princípio acima definido o valor comercial da construção de habitação terá o valor de 620,00/m2 e o valor da construção de armazém ou garagens será de 300,00/m2.

Também, segundo as regras de avaliação imobiliária, que a Comissão adopta, o valor do terreno será entre 20 e 25 % do valor da construção prevista. No presente caso, por ser sede do concelho, existirem acessos fáceis a todos os equipamentos e serviços públicos e as construções serem de áreas e com índice de construção reduzidas, a comissão é de parecer que se deverá adoptar 25%.

Assim, teremos o valor de edificado de:

$V_a = 255 \times 620 = 158.100:00$  euros

$V_c = 41 \times 300 = 12.300:00$  euros

Totalizando 170.400:00 euros, aplicando a percentagem que acima referimos de 25%, teremos o valor do lote 20, indicados para a hipoteca voluntária, no montante de 42.600:00 euros, que ultrapassa o valor da caução aprovada no valor de 30.300:00 euros.

De acordo com os princípios enumerados e os cálculos acima efetuados, a comissão é de parecer que a Câmara Municipal poderá aceitar substituir a caução pela hipoteca voluntária do lote n.º 20.

Nada mais havendo a tratar, a comissão deliberou apresentar a presente proposta a aprovação superior e da Câmara Municipal.

A comissão

(Agostinho Gomes da Rocha Barros)

(António Manuel Amorim Cerqueira)

(João Ivo Silva da Costa)"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata supra transcrita. -----





**PONTO Nº: 10 - REQUERIMENTOS DIVERSOS****10.1. - EMÍLIA DE OLIVEIRA DURO****- Regularização de atividade pecuária -****- Pedido de certidão de reconhecimento do interesse público Municipal (Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro) -**

- Presente requerimento de Emília de Oliveira Duro, registado sob o nº 249, em 17/02/2016, a solicitar a emissão de certidão comprovativa do reconhecimento do interesse público municipal, relativo a regularização de atividade pecuária, sito na Veiga de Cima – lugar de Ermida, da União das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil. -----

- Sobre o assunto, pelo Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico foi emitida a informação que se transcreve: "O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, estabelece o regime de regularização, alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras. Este novo regime com carácter extraordinário, veio estabelecer a possibilidade de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título de instalação ou exploração ou de exercício válido designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Nestes casos, o pedido de regularização deve ser instruído junto da entidade licenciadora competente, mediante apresentação de um conjunto de elementos, entre os quais uma "deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (alínea a), n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, conjugado com a alínea ccc), do n.º1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Com vista a beneficiar deste regime de regularização, Emília de Oliveira Duro, com o NIF 144162709, sede no lugar de Ermida, União de Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização da sua atividade pecuária, sito na Veiga de Cima, no lugar da Ermida, União de Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil.

Considerando que:

- A importância do sector agrícola está inteiramente associado à necessidade de produção e satisfação das populações, assim como, ao crescimento económico;
- A silvo pastorícia aliada à agricultura, são as principais atividades económicas destas zonas de montanha, aproveitando as condições naturais existentes para a produção de raças autóctones em regime extensivo;
- A exploração pecuária da requerente centra-se na cria e recria de efetivos autóctones (cachena, barrosã e bravia) em regime extensivo, permitindo assim contribuir para assegurar a preservação de um património genético relevante, para a qualidade ambiental e para a própria paisagem;
- O recurso ao baldio é frequente nestas raças de gado autóctone para satisfazer as exigências alimentares dos animais;
- A atividade pecuária encontra-se em funcionamento desde 1998 e permitiu criar um posto de trabalho da empresária;
- A construção destina-se a retirar os animais da aldeia, contribuir para a melhoria das condições de trabalho da requerente e da população, melhorar as condições de higiene e bem estar animal e aumentar o efetivo pecuário;
- A localização da exploração pecuária em nada interfere com a segurança de pessoas e bens e o seu manejo tem em conta as medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais;
- Do fundamentado pela requerente, a desativação da exploração pecuária iria ter elevados custos de ordem financeira, nomeadamente ao que diz respeito à sua demolição, e traria prejuízos incomportáveis para a mesma;
- Em relação à opção de deslocalização da exploração pecuária para outro local, foi referido pela mesma



que iria resultar no afastamento e desagregação familiar, retirando-lhes a possibilidade de usufruir dos rendimentos na medida em que seriam obrigados a deslocações maiores. Tal facto iria ainda resultar em colapso financeiro e social grave, quer por motivo de desemprego inesperadamente causado, quer pelo impedimento da sobrevivência e subsistência familiar;

- Os custos diretos com a deslocalização do estábulo que a requerente pretende regularizar, para outro local ou concelho próximo, ascenderiam os 40 mil euros, o que seria incomportável para a proprietária, na medida em que não possui esses recursos financeiros para começar de novo uma atividade atualmente existente;

- As empresas existentes no concelho são um motor de desenvolvimento económico, contribuem para a criação de uma imagem dinâmica do mesmo e, ao assegurar ou criar emprego, potenciam a fixação da população no território do Município, sendo disso exemplo a exploração pecuária que a interessada pretende regularizar.

Por todo o circunstancialismo descrito, propomos que seja submetido à apreciação da câmara municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária da empresária Emília de Oliveira Duro, com o NIF 144162709, sede no lugar de Ermida, União de Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, para posterior remessa à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A certidão a emitir constitui elemento introdutório necessário nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 1º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro."

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal na regularização da atividade pecuária da empresária Emília de Oliveira Duro, com sede no lugar de Ermida, da União das Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, deste concelho, bem como submeter o assunto à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

#### 10.2. - ROSA MARÍLIA IMPERADEIRO DOS SANTOS


- Regularização de atividade pecuária -

- Pedido de certidão de reconhecimento do interesse público Municipal (Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro)-

- Presente requerimento de Rosa Marília Imperadeiro dos Santos, registado sob o n.º 14020, em 21/12/2015, a solicitar a emissão de certidão comprovativa do reconhecimento do interesse público municipal, relativo a regularização de atividade pecuária, sita em Bebedouro, lugar de Parada, freguesia de Lindoso. -----

- Sobre o assunto, pelo Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico foi emitida a informação que se transcreve: "O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, estabelece o regime de regularização, alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras.

Este novo regime com carácter extraordinário, veio estabelecer a possibilidade de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título de instalação ou exploração ou de exercício válido designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Nestes casos, o pedido de regularização deve ser instruído junto da entidade licenciadora competente, mediante apresentação de um conjunto de elementos, entre os quais uma "deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Com vista a beneficiar deste regime de regularização, Rosa Marília Imperadeiro dos Santos, com o NIF 219168482, sede no lugar de Parada, freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara





Municipal, na regularização da sua atividade pecuária, sito no lugar de Bebedouro, Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca.

Considerando que:

- A diferenciação pela qualidade da carne surge como uma alternativa capaz de estimular as atividades rurais e promover o desenvolvimento rural, evitando o abandono das terras e a desertificação das zonas rurais, principalmente em zonas de montanha;
- A exploração pecuária da requerente, centra-se na cria e recria de efetivos autóctones (cachena e barrosã) em regime extensivo, permitindo assim assegurar a preservação de um património genético relevante, a qualidade ambiental e a própria paisagem;
- A construção destina-se a abrigo de animais e arrecadação agrícola;
- A atividade pecuária encontra-se em funcionamento desde 2010 e permitiu criar um posto de trabalho da empresária;
- Do fundamentado pela requerente, a desativação da exploração pecuária implicaria um grande prejuízo à própria, dado o elevado investimento inicial que ascende os 50 mil euros (compra de cabeças de gado, abertura de acessos, execução do edifício, etc.), além da perda dos subsídios recebidos;
- Em relação à localização da exploração, podemos referir que em nada interfere com a segurança de pessoas e bens e os custos diretos com a opção de deslocalização da exploração pecuária para outro local seriam elevados, nomeadamente, na aquisição de outra propriedade, novas instalações e pelos custos acrescidos na alimentação do efetivo pecuário que usualmente utilizam o baldio para satisfação das exigências alimentares dos animais;
- A opção de deslocalização teria repercussões na própria empresa pecuária, que poderia, de acordo com a interessada, levar ao seu encerramento, porque não possui esses recursos financeiros para iniciar de novo toda uma atividade já existente;
- As empresas existentes no concelho são um motor de desenvolvimento económico, contribuem para a criação de uma imagem dinâmica do mesmo e, ao assegurar ou criar emprego, potenciam a fixação da população no território do Município, sendo disso exemplo a exploração pecuária que a interessada pretende regularizar.

Por todo o circunstancialismo descrito, propomos que seja submetido à apreciação da Câmara Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária da empresária Rosa Marília Imperadeiro dos Santos, com o NIF 219168482 e sede no lugar de Parada, Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, para posterior remessa à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A certidão a emitir constitui elemento introdutório necessário nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal na regularização da atividade pecuária da empresária Rosa Marília Imperadeiro dos Santos, com sede no lugar de Parada, Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, bem como submeter o assunto à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----


## PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSA

### 12.1. - CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA

- Quota 2016 – Mensalidade março de 2016 -
- Envio de Fatura -

- Presente ofício da CIM – Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, registado sob o nº 2971, em 21/03/2016, a remeter fatura nº 137/2016, no valor de 3.485,00 €, relativa a "Quota 2016 – Mensalidade Março 2016". -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----





**12.2. - PROJETO DE REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS –TRANSPORTES EM TÁXI**

**- Alteração ao artº 11º -**

- Decorrido o prazo de apreciação pública, efetuada através de publicação na 2ª Série do Diário da República, Nº 75, em 17 de abril de 2015, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente o Projeto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi, bem como alteração ao artº 11º do mesmo, acrescentando-se, a este artigo, o nº 2 com o seguinte teor: “2 - Os titulares de licença de táxi com estacionamento fixo ficam autorizados a estacionar na sede do concelho, durante todo o ano, no local assinalado para esse fim, tão só e unicamente para aguardar pelos clientes que transportaram das respetivas freguesias, sendo-lhes, por isso, vedada a possibilidade de contratar novos serviços de transporte a partir desse local.” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente projeto de regulamento, bem como a referida alteração, devendo o assunto ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal. Os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Votamos favoravelmente uma vez que a alteração proposta resulta do acordo entre os taxistas.” -----

**12.3. - ABERTURA DE FASE DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO**

**- Proposta -**

- Presente informação interna nº 1476, da Divisão de Desenvolvimento Social, registada sob o nº 2740, em 06/04/2016, que se transcreve: “No âmbito da aplicação do Regulamento para Atribuição de Subsídio ao Arrendamento de forma a enquadrar legal e administrativamente o apoio ao arrendamento no mercado particular destinado a famílias desfavorecidas, minimizado assim, progressivamente, as situações de carência habitacional, o regulamento estabelece no artigo 3.º que será aberto e publicitado o período de candidaturas, propondo-se que decorram de 01 a 31 de maio de 2016. O apoio enquadra-se em diversos escalões, correspondendo ao I escalão o valor de 25,00 €, ao II escalão o valor de 50,00 €, ao III escalão o valor de 75,00 €, ao IV escalão o valor de 100,00 € e ao V escalão o valor de 125,00 €. Serão apoiadas candidaturas até 9275 euros, salvaguardando as situações com possibilidade de renovação. O Regulamento para Atribuição de Subsídio ao Arrendamento é omissivo caso o número de candidaturas sejam superiores à verba disponível, assim propõe-se que seja considerado como critério de exclusão os processos cujos rendimentos per capita do agregado familiar sejam de maior valor. Solicita-se a cabimentação de 9275 euros para atribuição de subsídio ao arrendamento. Coloca-se à consideração superior e, em caso de concordância do Sr. Presidente, a submissão desta proposta à Câmara Municipal.” --

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços. -----

**12.4. - COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE**

**- Proposta -**

- Presente informação interna nº 1502, da Divisão de Desenvolvimento Social, registada sob o nº 2767, em 07/04/2016, que se transcreve: “Considerando que no dia 12 de agosto se comemora o Dia Internacional da Juventude por resolução da Assembleia Geral da ONU em 1999, em resposta à recomendação da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, reunida em Lisboa, de 8 a 12 de Agosto de 1998. Na sua resolução, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, procurando promover o respeito pelos direitos humanos, pela liberdade e pela solidariedade, pediu aos governos mundiais, sociedade civil, indivíduos e comunidades, para apoiar as atividades a nível local e internacional de modo a marcar o evento.





Considerando que nos termos da alínea u), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal, enquadrada "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...".

Considerando que o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Juventude, que se celebra no dia 12 de Agosto, sugere todos os anos "que se faculte a gratuidade nos acessos aos serviços coordenados por este município (Transportes, Piscinas, Museus, Parques, Concertos, Ateliers, etc.), para jovens dos 12 aos 30 anos, de modo a marcar o dia 12 de agosto - Dia Internacional da Juventude".

Submete-se à consideração do Sr. Presidente, proposta para a gratuidade no acesso durante o dia 12 de agosto de 2016 e 2017 ao Complexo de Piscinas Municipais, ao Parque Desportivo da Praia Fluvial e à Porta do Lindoso do Parque Nacional Peneda Gerês, aos jovens dos 12 aos 30 anos, equipamentos estes que pressupõem o pagamento de taxas de acordo com o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Ponte da Barca.

Pelo exposto, coloca-se à consideração superior e, em caso de concordância do Sr. Presidente, a submissão desta proposta à Câmara Municipal e a submissão ao órgão deliberativo municipal, ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do artigo 24º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

**12.5. - PROCEDIMENTO EM HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO DE IMÓVEL – CAFÉ  
ESPLANADA  
- Proposta -**

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: Considerando que o prédio propriedade do Município de Ponte da Barca, sito na rua António José Lacerda, propriedade da Câmara Municipal, inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães, concelho de Ponte da Barca sob o nº 722 e descrito na Conservatória do Registo Predial com o nº 595/20140709, confrontando a Norte com rua Dr. Carlos Araújo, a Sul e Nascente com a Praça da República e a Poente com rua António José Lacerda, encontra-se arrendando;

Considerando que o contrato de arrendamento foi celebrado há 20 (vinte) anos não prevendo o mesmo a possibilidade de renovação;

Considerando que o referido contrato termina em três de maio de dois mil e dezasseis;

Proponho que:

- O arrendamento seja feito com recurso a hasta pública;
- O valor base seja de 400,00 € (quatrocentos euros) mensais;
- Os lances sejam no mínimo de 100,00 € (cem euros) ;
- A aprovação do Programa de Procedimento, bem como o Edital.

A Comissão para presidir à hasta pública seja constituído pelos senhores:

Presidente:

- Eng. José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Vogais:

- Arq. Pedro Manuel Ferreira da Silva e Sousa

- Dr<sup>a</sup> Aida Maria Boalhosa Pereira

Suplentes

- Eng António Manuel Amorim Cerqueira

- Dr<sup>a</sup>. Marta Alexandra Pereira Gonçalves

Paços do Concelho de Ponte da Barca, 06 de abril de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----





## 12.6. - III EDIÇÃO DO BARCA JOVEM - DESAFIO DE FOTOGRAFIA

- Presente informação interna nº 1475, da Divisão de Desenvolvimento Social, registada sob o nº 2736, em 07/04/2016, que se transcreve: "No âmbito da sua intervenção ao nível da Juventude, a Câmara Municipal pretende realizar a III edição do Barca Jovem, conforme proposta que consta na informação interna n.º 1973/2016, tendo o Executivo na sua reunião de 14/03/2016 deliberado aprova-la.

Considerando que este evento é dirigido à comunidade jovem de Ponte da Barca onde decorrerão diversas atividades de carácter cultural, lúdico e desportivo, pelo que, foi criada uma página do Facebook para a sua promoção;

Considerando que se pretende dinamizar a referida página, e por sua vez, o território do Município de Ponte da Barca, propões-se lançar um desafio de fotografia aos jovens que se prende pela publicação de fotos no mural da página do Facebook do Barca Jovem, em a melhor foto é aquela que recolher mais gostos.

Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar estratégias de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, como está explanado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua alínea u), do n.º 1, do artigo 33º, propõe-se premiar as três melhores fotografias, respetivamente 1º, 2º e 3º lugares.

\*1º Lugar: A fotografia será imagem principal de um cartaz promocional de uma atividade a realizar pelo município de Ponte da Barca + entrada gratuita no Festival Folck Celta + Certificado de fotografia vencedora;

\*2º Lugar: Brinde + entrada gratuita no Festival Folck Celta + Certificado de participação obtendo o 2º lugar;

\*3º Lugar: Entrada gratuita no Festival Folck Celta + Certificado de participação obtendo o 3º lugar.

Neste sentido, coloca-se à consideração e apreciação do exposto pelo Sr. Presidente e em caso de concordância a submissão à Câmara Municipal para a sua deliberação." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços. -----

## 12.7. - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E O CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS

### - Aprovação de Minuta -

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a minuta do protocolo que se transcreve: "O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando instituições de solidariedade social que desenvolvem a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

O Centro Social de Entre Ambos os Rios, Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na freguesia União de Freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, tem como atribuições o desenvolvimento de atividades de índole social e cultural e de apoio à população.

Ora, considerando que os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer delegando competências ou subsidiando investimentos, propõe-se a concretização do presente protocolo.

Considerando ainda que o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios solicitou o apoio os serviços da Autarquia para a execução de portão de entrada em caminho de acesso lateral ao edifício e de gradeamento de vedação em muro existente, de modo a garantir a segurança dos utentes da instituição.

Assim, entre:

A Câmara Municipal de Ponte da Barca, pessoa coletiva nº. 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, devidamente representada pelo seu Presidente, António Vassalo Abreu, conforme poderes que lhe são conferidos no artigo 35º, nº. 1, alínea a), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,





e

O Centro Social de Entre Ambos os Rios, pessoa coletiva n.º 503 255 084, com sede no Lugar da Igreja, da União de Freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, devidamente representada pelo Presidente da Direção, Inocêncio Lobo Araújo, e de acordo com a autorização que lhe foi conferida pelos órgãos da Associação,

Nos termos do disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea o), do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.**

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e o Centro Social de Entre Ambos os Rios, acordam no apoio dos serviços municipais na execução e colocação de um portão exterior e do gradeamento de vedação no muro existente.

**Cláusula 2ª.**

O Centro Social de Entre Ambos os Rios responsabiliza-se a facilitar a realização das tarefas, garantir a segurança, a ligação de eletricidade e o abastecimento de água para a execução dos trabalhos a realizar na instituição.

**Cláusula 3ª.**

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª. o Município assegurará a mão de obra e os materiais necessários à execução dos trabalhos previstos na cláusula primeira.

**Cláusula 4ª.**

A Câmara Municipal reserva-se ainda o direito de executar os serviços em função da disponibilidade dos serviços e de disponibilidade de tesouraria.

**Cláusula 6ª.**

Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

O presente Protocolo foi feito em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado e autenticado com selo branco, na posse de cada uma das Partes.

Ponte da Barca, aos \_\_\_\_\_ de abril de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca  
(António Vassalo Abreu)

O Presidente do Centro Social de Entre Ambos-os-Rios  
(Inocêncio Lobo Araújo)"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta. -----

12.8. - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2015 –

No cumprimento do disposto no artigo 76º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 3 de setembro de 2013 e no ponto 2 do Plano Oficial de Contabilidade das





Autarquias Locais, Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, vem o executivo camarário apresentar o relatório e contas referente ao exercício económico de 2015, que apresentam na sua execução orçamental um saldo da gerência anterior, por execução orçamental de 83.270,19 €, uma receita de 12.605.745,69 € e uma despesa de 12.559.649,77 € e o saldo para a gerência seguinte de 129.366,11 € e um resultado líquido de exercício no valor de 404.240,38 €.

----- A Câmara Municipal, após verificar os documentos de prestação de contas, os quais ficam arquivados na Unidade de Finanças e Gestão Patrimonial, estando disponíveis para consulta, e encontrando-se devidamente elaborados, deliberou, por maioria, aprovar o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Ponte da Barca e respetiva Avaliação, bem como os Documentos de Prestação de Contas – Exercício 2015. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, na votação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e votam contra os Documentos de Prestação de Contas – Exercício 2015, tendo apresentado a Declaração de Voto que se transcreve: “Os Vereadores do Partido Social Democrata, Armindo Silva e Olinda Barbosa, abstém-se na votação do “INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO” e votam contra os “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2015”, por considerarem que são demonstrativos das opções erradas, tomadas pela maioria socialista na Câmara Municipal, evidenciando claramente que não há uma estratégia de desenvolvimento para o nosso concelho, que crie riqueza e emprego, contribua para a melhoria da qualidade de vida dos Barquenses, particularmente dos mais jovens, que não encontram na sua terra oportunidades para o seu futuro e combata a desertificação

Esta situação é traduzida no irrisório investimento feito nas actividades que criam riqueza: Indústria e Energia; Turismo e Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca. Nestas atividades, no ano de 2015, a maioria socialista na Câmara Municipal, investiu cerca de 299 mil euros, o que representa 2,38% do total da despesa realizada. Considerando que a receita da Autarquia, no ano de 2015, foi de 12,6 Milhões de euros, verificamos que não se aposta na criação de riqueza e de emprego, destinando-se a grande fatia desta receita para pagar despesas correntes, que no cômputo representa 68% da despesa total. Logo a despesa de investimento apenas representa 32% da despesa total!

Por outro lado, o Documento de Prestação de Contas mostra-nos aquilo que os Barquenses sentiram no “seu bolso”, por via do pagamento do IMI no ano de 2015, cuja carga fiscal se mantém muito elevado, tal como o PSD tem vindo a denunciar, propondo, sucessivamente, a sua redução.

Ou seja, o rendimento disponível das famílias Barquenses diminuiu, no difícil momento que se atravessa e prejudicou a atividade empresarial do concelho. Como é sabido, o PSD defendeu a aplicação da taxa mínima de IMI, precisamente para atenuar o efeito da reavaliação dos imóveis e, dessa forma, melhorar a qualidade de vida dos Barquenses, apresentando propostas nesse sentido que foram inviabilizadas pela maioria socialista na Câmara Municipal.

Esta realidade resulta das opções políticas tomadas pela gestão socialista, que optou por não privilegiar o investimento, particularmente, aquele que cria riqueza, demonstrando que não há uma estratégia de investimento e de desenvolvimento para o nosso concelho, pelo que os Vereadores do PSD votam contra.”

Absteve-se o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, na votação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e votou contra os Documentos de Prestação de Contas – Exercício 2015, tendo apresentado a Declaração de Voto que se transcreve: “Abstenho-me na votação relativa à apreciação e votação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Ponte da Barca e respetiva avaliação com base no parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, contratada pelo Município. Referem estes técnicos especializados que se mantém “em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração das imobilizações, incluindo os bens de domínio publico ...” Acrescento que a certificação das contas efetuada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, constituída por apenas duas páginas, deveria ser facultada aos membros da Assembleia Municipal para um avaliação com completa. Voto contra os documentos de prestação de contas relativamente ao exercício de 2015, fundamentando a minha apreciação nos seguintes termos: o que está em análise não é somente a questão técnica do documento, mas também a apreciação política do que





está refletido nos documentos. Desvaloriza-se frequentemente a apreciação deste documento, alegando tratar-se de um documento técnico. É verdade que se trata de um documento técnico e que, tanto quanto possível, esta dimensão deve ser avaliada. Aqui aproveito para endereçar uma palavra de apreço aos funcionários que efetivamente trabalharam este documento tecnicamente. Contudo, como referi, o mais importante é a apreciação política do documento. Não farei aqui o exercício elementar de referir o aumento percentual das despesas correntes, o aumento com despesas de pessoal, evidenciando a sua evolução nos últimos anos, ou o desinvestimento que se tem registado. Estes são números que estão plasmados nos documentos e o importante é aferir o que eles representam. Considero que este documento demonstra a desorientação política deste executivo, que não tem mais nada para oferecer aos barquenses. Os números revelam uma trajetória insustentável para o nosso município. Esta trajetória despesista e centrada no curto prazo hipoteca o nosso desenvolvimento coletivo e demonstra ad nauseam uma total desorientação estratégica e sistemática ausência de visão. Os números refletem esta dura realidade e o mais assustador é constatar que agora, que termina um ciclo de 12 anos, a autarquia está a contratar furiosamente, como se não houvesse amanhã. Não podemos permitir que vingue o lema: "Quem vier que feche a porta!"

O senhor Presidente da Câmara, António Vassalo Abreu e os senhores Vereadores do PS, José Alberto Pontes, Sílvia Torres e Ricardo Armada, apresentaram a Declaração de Voto que se transcreve: "Os membros da maioria socialista votam a favoravelmente o documento de prestação de contas relativo ao exercício de 2015. Trata-se de um documento, devidamente certificado, no qual se demonstra que os objectivos traçados foram alcançados.

O documento, traduz ainda a redução da dívida municipal, pese os investimentos feitos, apesar do ataque que foi feito nos últimos quatro anos ao poder local democrático, pelo governo do PSD que impediu quer os Municípios, quer as juntas de freguesia de levar a cabo tarefas absolutamente fundamentais, nomeadamente o acesso a fundos estruturais e ao impedimento da utilização da nossa capacidade de endividamento, que, como é sabido, é grande. Damos como casos concretos, o não financiamento à chamada estrada de Nogueira a Grovelas ou do Parque empresarial do Rodo.

Os membros da maioria socialista, registam o sentido negativo de voto dos senhores vereadores da oposição, que revela, no mínimo, ignorar a realidade de Ponte da Barca. E se, no que concerne ao vereador do movimento Mudar, até se pode compreender, dada a sua ausência, pelo que, praticamente só a deverá saber pelo que lhe contam, o mesmo não se aplica relativamente aos vereadores do PSD.

Os senhores vereadores da oposição, mesmo que discordando de algumas opções de carácter político, em vez de reconhecer o esforço que tem vindo a ser feito pelo executivo socialista, nomeadamente no que respeita à dívida, significativamente inferior à que foi herdada, ao enorme investimento feito em infraestruturas essenciais, tem a ousadia de dizer que não há estratégia de desenvolvimento para o concelho, que temos uma gestão despesista ou que estamos a contratar pessoal (empurrar para a frente)

No que diz respeito à contratação de pessoal, será que os senhores vereadores da oposição desconhecem que hoje Ponte da Barca dispõe, por exemplo:

- De uma loja do cidadão; de dois centros interpretativos do território, (um na loja interativa de turismo e outro no castelo do Lindoso) ; das Portas do Parque ; de uma casa da cultura, de uma biblioteca Municipal do nível B1, do solar do vinhão, de um arquivo Municipal, de um balcão único de atendimento, de um estádio municipal, de uma unidade móvel de saúde?

- Naturalmente que estes serviços precisam de recursos humanos para que prestem o serviço para o qual foram construídos.

- Bem sabemos que o apoio aos mais desfavorecidos , não é , nem nunca foi uma opção política da direita. Criar condições para que todos tenham igualdade de oportunidades no acesso à cultura, à prática do desporto e à educação, também não. Para eles trata-se de mero despesismo. Mas será que os senhores vereadores da oposição tem, no mínimo, consciência do trabalho desenvolvido pelos diversos setores da Câmara Municipal, como por exemplo o setor da acção social, num período de grandes dificuldades como o que o país atravessa?

Perante as suas declarações de voto, é de concluir que não.

E voltando ao suposto aumento de recursos humanos: Registem que, atualmente, a Câmara Municipal de Ponte da Barca tem menos 16 ( dezasseis) funcionários de que quando este executivo chegou!





É verdade, senhores vereadores, quando chegamos havia 173 funcionários. Atualmente e apesar de todos os serviços criados, há 157.

Bem sabemos que para os senhores vereadores da oposição, não é fácil fazer a comparação do que foi feito nos anos em que foram poder e aquilo que nos últimos anos, apesar da crise, foi feito, em Ponte da Barca. Mas os barquenses sabem e é isso que nos pode deixar orgulhosos e com o sentido do dever cumprido.

Os eleitos do Partido Socialista

----- Mais deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, nos termos do disposto da alínea i), do nº 1, do artº 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como os Documentos de Prestação de Contas do exercício financeiro do ano de 2015, à apreciação e votação pela Assembleia Municipal. -----

#### 12.9. - 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO CORRENTE –

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “Face ao estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, submete-se a aprovação a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício corrente, visando a introdução do saldo da gerência anterior do ano de 2015, no valor de 129.366,11 euros (cento e vinte e nove mil trezentos e sessenta e seis euros e onze cêntimos).

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 06 de abril de 2016

O Presidente da Câmara,

António Vassalo Abreu”

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta e, nos termos do artº 25º, nº 1, alínea a), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter a mesma à aprovação do Órgão Deliberativo Municipal. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD – Armindo Silva e Olinda Barbosa. --

#### 12.10 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. -

#### PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas treze horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----

